



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a - Cambé - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 - fax - 3207.7190 - <http://www.tjce.jus.br> - e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

TERMO DE INSPEÇÃO REALIZADA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE QUIXELÔ, EM CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES CONSTANTES DA PORTARIA Nº 74/2014, DATADA DE 14 DE JULHO DO ANO EM CURSO, PUBLICADA NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DO DIA 17 DE JULHO DE 2014, DA LAVRA DO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR FRANCISCO SALES NETO, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

No dia 5 (cinco) do mês de agosto do ano de 2014, às 8:30 horas, na Vara Única da Comarca de Quixelô, onde presentes se achavam o Desembargador Francisco Sales Neto, Corregedor-Geral da Justiça, o Juiz Corregedor Auxiliar Dr. Neuter Marques Dantas Neto; o Juiz em respondência pela Vara Única da Comarca de Quixelô, Dr. David Fortuna da Mata, a Diretora de Secretaria Francisca Edilene Salvador Rodrigues e Servidores lotados na unidade, teve início a inspeção correccional ordinária, nos termos do ato administrativo acima epigrafado.

Ao iniciar as atividades, o Desembargador Francisco Sales Neto informou aos presentes a finalidade do ato, ministrando instruções a respeito das ações a serem desempenhadas durante a fiscalização, fazendo referência aos dados do Formulário de Inspeção, Correição e Visita (FICOVI), previamente preenchido sob responsabilidade da Vara e encaminhado à Corregedoria. Após a conferência dos dados constantes do mencionado formulário, iniciou-se o exame das ações em curso no Juízo, priorizando-se a análise em relação às ações referentes aos presos provisórios e sentenciados, além das cartas precatórias. Por amostragem, foram analisados os processos envolvendo réus presos, menores, ações civis públicas, mandados de seguranças, processos conclusos com prazos excedidos e aqueles que, por expressa previsão legal, exigem tramitação prioritária.

Foram analisados e despachados 250 (duzentos e cinquenta) feitos, sendo planilhados 126 (cento e vinte e seis). Segundo dados estatísticos, existem em tramitação 1.239 (um mil, duzentas e trinta e nove) ações, tomando-se por base as informações constantes do SGEC, no mês de junho de 2014.

Por ocasião dos trabalhos, constatou-se que os feitos na sua grande maioria possuem andamento moroso. A título de exemplo os processos: 3167-29.2011.8.06.0153, paralisado desde abril de 2012; 3204-56.2011.8.06.0153, paralisado desde março de 2012; 3772-38.2012.8.06.0153, paralisado desde janeiro de 2013. Todavia, não se pode creditar os atrasos pontuais à atuação do Magistrado em respondência pela Vara uma vez que responde ainda pela 2ª Vara da Comarca de Acopiara, Eleitoral de Acopiara, bem como por sua titularidade perante o Juizado Especial da Comarca de Lavras da Mangabeira.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a - Cambeba - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 - fax - 3207.7190 - <http://www.tjce.jus.br> - e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

METAS CNJ: Não foram constatados atrasos na prestação jurisdicional em relação aos feitos submetidos às Metas 2 de 2009 e 2 de 2010, tendo a Vara, inclusive, recebido um certificado do Conselho Nacional de Justiça, bem como uma declaração da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão do TJCE, informando o cumprimento integral das referidas Metas.

Quanto às cartas precatórias: verificou-se pequena quantidade de cartas precatórias, 9 (nove) no total, sendo que todas estão com andamento regular e/ou aguardando realização de audiência. Registre-se que o prazo máximo para designação das audiências é de um mês.

ESTATUTO DO IDOSO: as causas relacionadas ao Estatuto do Idoso tramitam de forma prioritária, atendendo assim expressa disposição legal. Registre-se que todos os feitos contam com etiqueta identificadora.

Ações penais em curso no módulo: analisadas as ações de réus presos, num total de 10 (dez) encarcerados, não se detectou irregularidades.

TRIBUNAL DO JÚRI: a Vara é competente para feitos do Tribunal do Júri, existindo somente 1 (um) processo aguardando designação de data para a sessão, que possivelmente ocorrerá após o pleito eleitoral.

Verificou-se que os **mandados de prisão** expedidos pela unidade indicam o prazo de validade com base na causa extintiva da punibilidade, atendendo assim expressa recomendação do CNJ.

Ações afetas ao Juizado da Infância e da Juventude: a Vara possui competência para questões envolvendo crianças e adolescentes, não havendo nenhum processo em que esteja sendo aplicada medida de internação provisória de 45 dias.

Bens, armas, munições e substâncias entorpecentes apreendidas: armas de fogo apreendidas, logo que chegam na Secretaria, são enviadas à Assistência Militar do TJCE, para serem destruídas. Quanto aos entorpecentes, a Secretaria armazena em arquivo próprio e em seguida providencia sua incineração.

AÇÕES CÍVEIS: a unidade, em razão de sua competência, possui 1.020 (um mil e vinte) feitos cíveis. No que concerne aos processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias, registra-se pequeno número de feitos, 120 (cento e vinte) paralisados.

Existem 17 (dezessete) processos criminais sem movimentação há mais de 100 dias.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

PROJETO PAI PRESENTE: orientações foram repassadas com relação ao assunto, procurando reforçar a atuação para a correta implementação do Projeto. Com relação ao tema, verificou-se, através do FICOVI, que foi editada a Portaria nº 07/2014, estabelecendo procedimentos para os trabalhos, visando ao cumprimento do Provimento nº 26/2012, do CNJ. Conforme demonstrativo anexo, foram reconhecidas 25 (vinte e cinco) paternidades, 21 (vinte e uma) mães informaram não possuírem interesse no reconhecimento, 23 (vinte e três) mães não residem mais no Município de Quixelô, 21 (vinte e uma) desconhecem o suposto pai, 2 (dois) pais são falecidos, 30 (trinta) notificados não compareceram e 8 (oito) estão com audiência de conciliação designada.

DEMAIS MATÉRIAS: o quadro de Agentes de Proteção da Infância e Juventude não foi instalado. Não há Defensor Público em atuação no módulo judiciário, porém, existem 2 (dois) advogados contratados pelo Município para atenderem a população carente. A Vara tem como representante do Ministério Público o Dr. Aureliano Rebouças Júnior. Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte: a) a unidade encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009); b) o juiz em responsabilidade está cadastrado nos sistemas Bacenjud, Renajud e Infojud (META 8 de 2009). c) O Juiz não concluiu a capacitação em Administração Judiciária (META 8 de 2010); d) Encontra-se implantado na unidade o sistema de registro audiovisual de audiências (META 2 de 2011). e) O atendimento ao público ocorre no período das 9 às 18 horas; f) a unidade utiliza o MALOTE DIGITAL; g) considerando o primeiros meses de 2014, de acordo com dados extraídos do SGEN, constata-se que a Meta 1 de 2013 não está sendo atingida, uma vez que os feitos sentenciados não superam os processos distribuídos, havendo uma diferença de apenas 33 (trinta e três) processos; h) Banco Nacional de Mandados de Prisão – Resolução 137/11-CNJ: os mandados encontram-se cadastrados.

BOAS PRÁTICAS: 1) Utilização de etiqueta indicando que o processo é de réu preso, a fim de haver maior celeridade. 2) Elaboração de relatório quinzenal acerca da situação dos réus presos.

LIVROS: foram analisados os livros da Vara que encontram-se pormenorizadamente descritos em ficha própria.

INSTALAÇÕES FÍSICAS DO FÓRUM: com relação às instalações físicas da Vara Única, verificou-se que encontra-se em razoáveis condições. Há instalação adequada para o acesso de pessoas com necessidades especiais, não havendo banheiro especialmente projetado para esses usuários. Constatou-se, também, que os equipamentos (computadores e impressoras) existentes na Secretaria são suficientes para o regular andamento dos feitos judiciais em tramitação (7 PC's e 3 impressoras). Não há segurança no Fórum efetuada por parte da Polícia Militar. Durante o dia e à noite, a segurança é feita por vigilantes do Município de

 3



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambeba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

Quixelô. O prédio não conta com câmeras de circuito interno, mas foi instalado recentemente detectores de metal.

SERVIDOR: a unidade conta com 5 (cinco) servidores do quadro do TJCE e 8 (oito) servidores da Prefeitura Municipal.

CENTRAL DE CONCILIAÇÃO: foi instalado o Núcleo Permanente de Conciliação, conforme a Portaria nº 11/2013.

CONSELHO DA COMUNIDADE: foi instalado aos 30 de junho de 2009.

RESIDÊNCIA OFICIAL: existe 1 (uma) casa oficial que está localizada na Rua São Francisco, s/n, Centro, Quixelô/CE (cedida ao TRE), estando em regular situação.

AUDIÊNCIAS: o magistrado em respondência realiza audiências às quintas-feiras.

RECLAMAÇÕES: não foram registradas reclamações específicas quanto ao desempenho do Juízo.

CADEIA PÚBLICA: A Comarca possui uma cadeia pública, cuja vistoria foi feita pelo Juiz Corregedor Auxiliar Neuter Marques Dantas Neto e pelo Juiz em respondência. A cadeia possui 2 (duas) celas somente para presos do sexo masculino. O banho de sol ocorre todos os dias das 10:00 horas ao meio-dia. Atualmente o ergástulo abriga 12 (doze) presos, sendo 10 (dez) no regime fechado e 2 (dois) no regime semiaberto. Não há agente penitenciário

Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo, Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo
Conteúdo Sigiloso Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso
(Francisco de Sousa). Falta viatura para transporte dos detentos para o hospital. Merecem especial atenção as situações dos seguintes encarcerados: Wilson Gomes, Manuel da Silva, Francisco Bezerra, Silvano Reis e João Leite. O magistrado em respondência se comprometeu a analisar os processos dos citados réus.

RECOMENDAÇÕES: sem prejuízo de outras recomendações que venham a ser lançadas ao relatório final, foram formuladas as seguintes, já por ocasião do encerramento da inspeção: **1)** Dar destinação aos bens apreendidos e que se encontram amontoados no pátio do fórum; **2)** Impulsionar o Projeto Pai Presente; **3)** Deve haver especial empenho do magistrado em relação aos processos criminais; **4)** Oficiar a SEJUS solicitando um agente carcerário para a cadeia local, uma vez que se mostra absurda a situação de um preso ficar responsável pelo ergástulo na ausência da Polícia Militar.

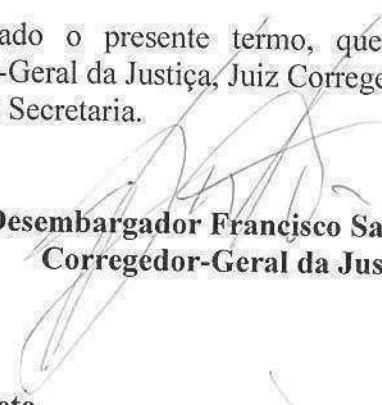


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a - Cambéba - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 - fax - 3207.7190 - <http://www.tjce.jus.br> - e-mail: corregedoria@tjce.jus.br


Por fim, o Desembargador Francisco Sales Neto, Corregedor-Geral da Justiça deu por ultimada a Inspeção às 17:30 horas, do dia 5 de agosto de 2014, cujo resultado será formalmente apresentado ao Conselho Superior da Magistratura, através de circunstanciado relatório, o qual será instruído com as planilhas e papéis, onde constarão os registros pertinentes, com o resumo de todo trabalho desenvolvido, os resultados obtidos e demais providências a serem adotadas.

E, para constar, foi lavrado o presente termo, que vai devidamente assinado pelo Desembargador Corregedor-Geral da Justiça, Juiz Corregedor Auxiliar, Juiz em responsabilidade pela Vara e pela Diretora de Secretaria.


Desembargador Francisco Sales Neto
Corregedor-Geral da Justiça


Neuter Marques Dantas Neto
Juiz Corregedor Auxiliar


David Fortuna da Mata
Juiz em responsabilidade pela Vara


Francisca Edilene Salvador Rodrigues
Diretora de Secretaria